

O “TRABALHO FORMAL”/NEGÓCIOS ENTRE OS CIGANOS: encontros e desencontros

THE “FORMAL JOB”/BUSINESS BETWEEN GYPIES: encounters and mismatches

Maria Patrícia Lopes Goldfarb*
José Aclecio Dantas**

Resumo

Este artigo apresenta resultados de pesquisas sobre grupos ciganos, com foco nas formas de trabalho exercidas pelos mesmos, ao identificarmos a ausência de estudos que retratassem a inserção de ciganos no mercado de trabalho, especialmente os da etnia Calon. Visando suprir lacunas existentes na produção acadêmica acerca desses grupos étnicos, buscamos identificar, através dos discursos proferidos a respeito dos ciganos, como se categoriza “trabalho formal” e levantar as categorias nativas que são acionadas, gerando uma distinção entre trabalho /negócio. O recorte metodológico é de caráter descritivo e exploratório e constituiu-se numa pesquisa bibliográfica com levantamento dos dados empíricos em várias dissertações e teses, com ênfase nas pesquisas etnográficas.

Palavras-chave: Trabalho. Ciganos. Mercado de trabalho. Negócios.

Abstract

This article presents results of a research on gypsy groups, focusing on the forms of work performed by them, by identifying the absence of studies that portrayed the inclusion of gypsies in the labor market, especially those of the Calon ethnic group. In order to fill gaps in academic production about these ethnic groups, we seek through the speeches given about Roma, how to categorize ‘formal work’ and analyze the native categories triggered, generating a distinction between work / business. The methodological approach is descriptive and exploratory, and consisted of a bibliographic research with survey of empirical data in various dissertations and theses, with an emphasis on ethnographic research.

Keywords: Work. Gypsies. Job Market. Business.

Introdução

Nosso interesse pela temática nasceu durante pesquisas iniciadas no Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (Pibic/UFPB), vinculada ao Grupo de Estudos Culturais (GEC), do CNPq¹. Nesse período, observamos disparidades nas formas como os ciganos e os não ciganos concebiam, em seus discursos, a questão do trabalho.

* Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia do DCS/UFPB. Líder do GEC- Grupo de Estudos Culturais do CNPq. E-mail: patriciagoldfarb@yahoo.com.br

** Mestre em Serviço Social pela UFPB. Professor da Rede Municipal de João Pessoa-PB. Membro do GEC- Grupo de Estudos Culturais. E-mail: acleciodantas@hotmail.com

1 Dando prosseguimento a pesquisas sobre ciganos no projeto intitulado “Os Ciganos no estado da Paraíba”, realizamos, entre 2013/2014, um mapeamento da população cigana no município de Juazeirinho/PB, e, nos anos 2014/2015, desenvolvemos a pesquisa intitulada “As representações sociais sobre os ciganos na internet”.

Em lugares onde vivem ciganos, é comum observarmos, nas falas da população local não cigana, convicções elaboradas por meio de rótulos e estereótipos, como as expressões: “cigano não gosta de trabalhar”, “cigano não trabalha”, “é um povo preguiçoso” etc. Tais expressões não pareciam (de acordo com as nossas observações *in loco*²), corroborar com a perspectiva dos ciganos inquiridos sobre as mesmas questões³.

A partir dessas reflexões iniciais, passamos a buscar analisar os sentidos acerca do “trabalho formal”, em especial entre os ciganos Calon, que seriam originários da Península Ibérica, formada principalmente por Portugal e Espanha, além dos pequenos Gibraltar e Andorra, e uma pequena fração do território da França (GOLDFARB, 2013). Deste modo, nos interessam as representações sociais⁴ sobre o trabalho e suas formas de resistência aos processos capitalistas de proletarização.

A totalidade da vida social é imbricada por uma complexidade que envolve a reprodução da força de trabalho, seu nexos com a pobreza e com as desigualdades. Tais categorias: trabalho, renda, pobreza e desigualdade não se esgotam a seus aspectos econômicos, sendo preciso ampliar o alcance da análise a problemáticas pluridimensionais. Para tal, realizamos um levantamento bibliográfico, através do qual analisamos produções acadêmicas sobre perspectivas ciganas do trabalho – formal ou informal –, verificando os processos de inclusão/exclusão do cigano do mercado formal de trabalho e examinando também as categorias nativas que distinguem trabalho/negócio.

A metodologia usada foi do tipo qualitativa que, segundo Minayo (2001, p. 21): “... trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Fizemos uma pesquisa exploratória de caráter histórico-crítico bibliográfico, com análise de materiais sobre ciganos, para assim compreender esses sujeitos e seus contextos históricos de vida (FREITAS, 2002).

Contextualizando os ciganos

Começamos por afirmar que esta é uma “história” narrada, especialmente, por não ciganos. É recente o interesse de pesquisadores brasileiros sobre a história ou os modos de vida ciganos, o que colaborou para anos de invisibilidade e desinformação nas terras brasileiras. É preciso esclarecer que estamos falando de grupos heterogêneos, com vasta riqueza sociocultural; aqui pensados como grupos étnicos⁵, cuja historicidade relaciona-se a diásporas e trânsitos por diversos países, alvos de controle e coerção social por parte dos Estados, governos ou sistemas políticos.

2 Falamos de pesquisas realizadas nas cidades de Sousa e Juazeirinho, na Paraíba.

3 Sobre estereótipos ver: Sousa e Barros, 2012.

4 Moscovici, 2003.

5 Grupo étnico é aquele definido como uma forma de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros (BARTH, 1969).

Enfrentaram o degredo (PIERONI, 2001), o holocausto e formas várias de “limpeza étnica”⁶ – como a lei dos pobres⁷, de combate à vadiagem⁸ (pobreza ociosa) –, *workhouses*⁹, escolas de aprendizes; de apagamento cultural, proibição do uso do dialeto e da *buena dicha*¹⁰; enfrentaram polícias municipais e estaduais, exércitos nacionais, milícias e mercenários; conseguindo resistir a tantas formas de exclusão social.

Uma certa visibilidade dos ciganos começou a se desenhar com a criação da Gypsy Lore Society¹¹, em 1888 na Inglaterra, que além de ser uma pioneira tentativa de unificação dos estudos sobre os ciganos, estimulava pesquisas que envolvessem diversas áreas do conhecimento, na tentativa de identificar uma origem comum para esses grupos.

Antes do século XIX, já existia na Europa uma produção literária e artística, bem como documentos oficiais, que retratavam estórias ou mesmo descrições sobre os ciganos: pinturas, relatórios, leis, boletins de ocorrência, canções, poemas, contratos, anúncios de jornais ou revistas, que indicavam a passagem ou permanência dos ciganos em determinadas localidades e suas formas de vida.

Uma das características mais acentuadas dessa literatura repousa na associação da figura dos ciganos aos estereótipos da vagabundagem e da pobreza, do ócio, da malandragem, da indisposição ao trabalho, da vigarice ou do ludíbrio, que construíam a imagem de um povo sem voz e vez. Tal produção serviu a interesses políticos coercitivos e a convalidação de leis que ampliavam a estratificação social desses grupos, já muito marginalizados.

Muitas são as explicações sobre as “origens” dos ciganos, que vão desde as que afirmam ligações com castas inferiores indianas, até as que colocam os ciganos como parte de guerreiros que formavam a segunda categoria das quatro castas da sociedade hindu. Ainda encontramos narrativas de cunho religioso, que ligam a “errância cigana”¹² à sua procedência do Egito, e a sua fuga por terem recusado hospedagem à Virgem Maria – quando ela fugia da perseguição herodiana dos infantes; motivo pelo qual peregrinam dispersos sobre a terra, sem

6 Segundo Seyferth (1995), a eugenia e o processo seletivo foram ideologias e políticas usadas para atestar a “inferioridade” das chamadas “raças inferiores”, como foi o caso dos ciganos.

7 Em 1601, a Inglaterra criou a chamada “Lei dos Pobres”. No Brasil, o governo de Getúlio Vargas cria a “Lei da vadiagem”, para punir os vadios e ociosos, que era usada pela polícia para deter e prender todos os “suspeitos” (KERSTENETZKY, 1999).

8 Em 1834, no Brasil, tornou-se obrigatório o trabalho, distinguindo os “pobres dignos” dos “indignos”, criando categorias morais que não condiziam com a realidade econômica do país.

9 As *workhouses* foram estabelecidas na Inglaterra no século XVII, seguindo a “Lei dos pobres”. Era uma casa de trabalhadores com regime prisional, onde se realizavam trabalhos improdutivos e exaustivos (MARX; ENGELS, 1982).

10 Leitura de mãos, forma de prever o futuro praticado em grande maioria pelas mulheres ciganas. Sobre tais proibições ver Moonen, 2011.

11 Instituição ainda em funcionamento e responsável pela edição de publicação de diversos livros, revistas, jornais sobre os ciganos no mundo. É uma associação internacional que se reúne anualmente e pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://www.gypsyloresociety.org/>.

12 Tal enunciado constitui-se numa tautologia, visto o próprio termo “cigano” ter sido durante muito tempo, a partir da Idade Média, representativo do nomadismo e, por sua vez, da própria condição de errante.

pátria – e aquelas que os identificam com a condição errante de Caim, o personagem bíblico (FONSECA, 1996).

Não há dados precisos sobre o número de ciganos no mundo, contudo a Europa parece ser o continente com a maioria de ciganos e pessoas itinerantes. Registros históricos mostram que os ciganos Calon foram os primeiros a chegarem ao Brasil, mas também há ciganos de outras denominações, como os Roma¹³, os Kalderash ou os Sinti.

Estima-se que a grande maioria dos ciganos no nordeste do Brasil seja Calon. No estado da Paraíba, existe a maior comunidade de ciganos sedentarizados alocados em um único bairro, no município de Sousa (GOLDFARB, 2013).

É importante frisar que os processos migratórios dos ciganos não aconteceram de forma linear, tendo as mais variadas motivações, resultando em interações com culturas diferentes, o que conduziu a um vasto e rico acervo cultural entre os mesmos. Apesar de o termo “cigano” ser generalizado no Brasil, mais do que os etnônimos “Calon”, “Kalon” ou “Rom, a pertença é determinada por critérios específicos a cada contexto social, de acordo com as formas de interação com a sociedade envolvente.

As representações Gadje¹⁴ acerca dos ciganos tende a ser marcadas por preconceitos e estigmas (GOFFMAN, 1988), que os segregam, estabelecendo muitas vezes conjuntos de ações repressivas ou excludentes. Problematizando os estereótipos, observamos que nem todos os ciganos são nômades, leem a *buena dicha*, habitam tendas etc.

O nomadismo surge quase que automaticamente como elemento definidor dos grupos ciganos, tanto no senso comum como em parte da literatura, sendo associados à ausência de vínculos duradouros, a pessoas não civilizadas e expatriadas (TEIXEIRA, 2007). Enquanto “nômades”, passam a ser marcados por uma condição forasteira, que desestabiliza a ordem pública.

No Brasil, o processo de sedentarização observado entre os ciganos Calon, em vários municípios, se deu, especialmente, na região nordeste, nos anos 1980, estimulado por pressões externas que trariam, se não as condições ideais, ao menos, as condições mínimas para um assentamento mais prolongado. Interessante destacar que, nesse mesmo período, os avanços urbanos promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) fixavam grupos de pessoas de baixa renda em bairros populares. Consideramos uma confluência de fatores e conjunturas sociais, políticas e econômicas, conformando os condicionantes que permitiram o assentamento, não apenas dos ciganos, mas também das populações pobres em seus fluxos migratórios internos, do campo para as cidades.

Na Paraíba houve uma “parada”¹⁵ a partir dos anos 1980, nos municípios do interior do estado, tais como: Cajazeiras, Condado, Conceição de Piancó, Congo, Bonito de Santa Fé,

13 Plural da palavra Rom. A palavra Rom, que identifica os ciganos dos países balcânicos, é de origem hindu, que significa “homem” ou exatamente “pai de família” (PEREIRA, 2009).

14 Nome genérico que alguns grupos ciganos usam para indicar o não cigano.

15 Termo nativo usado para se referir aos processos de sedentarização (GOLDFARB, 2013).

Marizópolis, Ingá, Itapororoca, Juazeirinho, Livramento, Patos, Pombal, Mamanguape, São João do Rio de Peixe, São Mamede, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade, Triunfo, Lucena, Cajá, Esperança, Lagoa Grande, Guarabira, Alhandra, Sousa etc. (CUNHA, 2013).

É necessário reafirmar que os grupos ciganos são formados por uma ampla heterogeneidade, pois podem ser distinguidos com relação às atividades econômicas, a procedência ou lugar de origem, e a moradia atual, formando um grande mosaico étnico.

Ofícios e meios de reproduzir a vida material

Observamos que um dado muito importante na relação entre o fazer profissional e os ciganos, contrariando o senso comum, é a utilização de etnônimos representativos de seu fazer profissional ou ofício, em que vários grupos ciganos usam os do tipo ergonímico¹⁶, o que significa que o próprio nome do grupo denota o trabalho como parte constituinte de sua identidade, contrariando a fama de “avessos ao trabalho”.

Historicamente, os ciganos exerceram vários ofícios, que por sua destreza lhes garantiam a subsistência e estadia nas cidades. Para Camacho (1997, p. 8), os primeiros ciganos da Europa ocidental, primordialmente na Espanha, desenvolviam atividades que em sua grande maioria estava vinculada a funções de “*ferreiros e trabalhadores de couro, vendedores do mercado, cartomantes, acrobatas, etc.*”.

Entre os ofícios relatados por pesquisadores, podemos encontrar vários ligados a trabalhos manuais, que exigiam a destreza dessas artes: ferreiro, latoeiro, funileiro, marceneiro, ourives, escultor, carroceiro etc. Mas não apenas esses, também a prestação ou mesmo a venda de serviços, que podiam variar entre a própria leitura das mãos (realizada majoritariamente pelas mulheres), o cuidado veterinário, consertos de utensílios e ferramentas, apresentações artísticas de música e dança, entretenimentos circenses etc. (SILVA SANCHES, 2006).

Podemos citar ainda os tipos de exercício laboral que podiam variar entre o exercício da advocacia, o funcionalismo público, escrivães e tradutores (SOUZA, 2006). Nos ofícios ligados ao artesanato com metais, estão os subgrupos dos ciganos Rom, tais como Calderash (ou Kalderach), etnônimo de origem romena, ciganos caldeireiros que faziam artesanalmente tachos, potes, panelas e outros utensílios domésticos feitos de alumínio e cobre. Os Aurari são, por sua vez, ciganos ourives, que faziam artesanalmente joias em ouro, prata ou cobre. Os Kovatsa (origem húngara) são ciganos ferreiros, faziam artesanalmente, com o ferro, vários utensílios domésticos: ferraduras, ferramentas, rodas, panelas etc. Os Bugurdzje referem-se aos ciganos broqueiros (ferreiros que trabalhavam com brocas), que faziam artesanalmente brocas de ferro endurecido para madeira (HOUAISS, 2001).

¹⁶ O etnônimo do tipo ergonímico funciona como um adjetivo que liga o nome à área da vida laboral exercida. Tal adjetivo representa não só aquilo que o sujeito produz, mas vincula essa produção a um modo de vida, sendo uma denominação que traz origem na profissão tradicionalmente exercida.

Existiam aqueles que trabalhavam artesanalmente a madeira, seja nos processos de entalhamento artístico, ou aqueles que produziam utensílios de madeira, dos quais se destacam: os Lingurari, os Balanara (ou Balajara), fabricantes de cochos em madeira, e os Tsurara. Outra subcategoria era daqueles que trabalhavam artesanalmente os materiais de cestarias (ciganos cesteiros), os que trabalhavam detalhes artísticos decorativos e aqueles que produziam artefatos para o uso diário, como os Sepecides (TOMKA, 1984; PEREIRA, 2009).

Entre aqueles que se dedicavam ao comércio em geral, encontramos muitas especificações, que vão se adequando aos tipos de produtos produzidos, seja nas manufaturas, ou indústrias, como os Lovara, cuidadores de cavalos (etnônimo de origem húngara). De acordo com Bareicha (2013), eles estão relacionados também à negociação de empréstimos em dinheiro.

Desta forma, percebe-se, entre os ciganos, que a concreção de um ofício estava ligada aos seus “modos de vida”, isto é, práticas culturais engendradas histórica e cotidianamente; um sistema de significados simbólicos, culturalmente produzidos, com valores e práticas sobre o fenômeno social do trabalho (GEERTZ, 1989).

Mas tal relação de termos ergonômicos não esgotam o raio de participação ativa dos ciganos nas atividades laborais nem se restringem apenas a tal relação. Lembrando que tal caracterização não se engloba como fator generalizante, pois como em qualquer outro grupo social, há aqueles que não trabalham, não necessariamente por falta de vontade, mas propriamente por imposição ante as dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

No século XX, segundo Charlemagne (1984), pouco mais da metade dos ciganos persistiam no nomadismo e, por correspondência, em seus ofícios tradicionais. Devido aos baixos índices de oportunidades no “trabalho formal”, os ciganos têm se dividido entre as atividades primárias, secundárias e terciárias, com maior desenvoltura naquela primeira, como é o caso dos dados publicados pelo *Diagnóstico social de la comunidade gitana en España*, de 2007.

Falando de Portugal, Mendes e Magano (2013, p. 6) apontam que, em Bragança, no que tange aos ofícios, “há fortes contrastes e assimetrias entre os ciganos que vivem em zonas rurais e os que residem em territórios urbanos”. Os ciganos das aldeias rurais tendem a usar o recurso ao trabalho na agricultura e na pastorícia, enquanto os citadinos tendem ao comércio. Também apontando a questão de gênero, entre os ciganos de Portugal, Mendes, Magano e Candeias (2014, p. 11), explicam que entre as mulheres ciganas: “As atividades profissionais desenvolvidas vão desde atividades agrícolas, ao cuidado de idosos e de crianças, restauração (cozinheiras, empregadas de mesa), tarefas de limpeza, educadora de infância e mediação sociocultural...”

Para uma melhor compreensão da distribuição entre os diversos ofícios ou meios de vida dos ciganos portugueses nos dias atuais, divididos pelos seus conselhos, observa-se uma forte inserção dos ciganos no trabalho comercial ambulante. De acordo com Casa-Nova (2009, p. 182):

Em termos profissionais e à semelhança da maior parte dos ciganos portugueses, os elementos desta comunidade dedicam-se maioritariamente à venda de vestuário em espaços concessionados para o efeito: as feiras, tendo-se também dedicado, nos últimos anos (desde 2004), à venda de DVD's e CDs de contrafacção, acumulando com a venda de vestuário como uma forma de diversificação dos artigos comercializados, procurando contornar assim alguns dos efeitos do “capitalismo de acumulação flexível”.

Já Azevedo (2013, p. 8) acrescenta que para os ciganos Calon das cidades de Lisboa, Setúbal, Porto, Guarda, Bragança e Faro, “a ocupação geral é o negócio, a venda ambulante, em feiras e mercados. Uma pequena percentagem ocupa postos de trabalho precário: na construção civil, nos barcos, em empresas industriais – são os trabalhos menos remunerados”. Conforme Amaral e Nascimento (2008, p. 98), alguns ciganos na sub-região de Trás-os-Montes “vivem essencialmente da venda ambulante de produtos artesanais (cestos em vime) que produzem”.

Com relação ao Brasil, encontramos as primeiras referências em Moraes filho (1886, p. 26), que fala de ciganos trabalhando com “... *metaes: eram caldeireiros, ferreiros, latoeiros o ourives; as mulheres rezavam do quebranto e liam a sina.*” Gilberto Freyre destaca que por causa do transporte de gente e artigos, em lombos de cavalos e burros no nordeste agrário, os ciganos eram negociantes de cavalos junto aos senhores de engenho (FREYRE, 2013).

Nos dias atuais, de acordo com Moraes (2015, p. 6), os ciganos Calon que estão no município de Carneiros, Alagoas, “vivem de pequenos negócios como, por exemplo, trocas, leitura da sorte em feiras, venda de patuás e amuletos, Bolsa Família, doações.” E acrescenta que “Em Carneiros eles evitam algumas práticas como pedir dinheiro na rua e a leitura da sorte”.

No Rio Grande do Norte, os ciganos que foram observados nas cidades de Cruzeta, São Vicente, Currais Novos e Florânia, de acordo com Souza:

Economicamente, os ciganos de Florânia vivem de aposentadoria, bolsa família, de trocas realizadas pelos ciganos homens e de trabalhos como pedreiros e serventes. [...] em São Vicente [...] trabalham com comércio ambulante (vendem redes). [...] Embora alguns ciganos trabalhem em empregos de jurons, no que tange à concepção de uma rotina fixa com horários estabelecidos, no caso de ajudante de pedreiro que trabalha das 07:00 às 17:30, eles continuam a exercer a atividade da troca comercial com o que conseguem, seja uma bicicleta, uma moto ou carros assim como da venda de determinados produtos como o relógio, redes, colchas de cama e panos de pratos (SOUZA, 2016, p. 5-8).

Ainda sobre o estado do Rio grande do Norte, Coradini e Souza (2014, p. 216) afirmam que, embora a maioria esteja desempregada, os ciganos “...preservam sua cultura de serem ‘bons comerciantes’, como eles dizem, fazem biscates ou pequenos empreendimentos, como conserto de automóveis ou compra e venda de artigos usados”.

Quanto aos ciganos da Paraíba, no caso da comunidade de Sousa, Siqueira (2012 p. 60), afirma que “A grande maioria dos adultos não obteve educação formal, restando-lhes as trocas

simples, a mendicância e poucos trabalhos de bico. [...]”. Aponta, ainda, que apesar das restritas oportunidades e dos estereótipos que ainda continuam a fechar as portas para oportunidades de trabalho, os ciganos “inventam e reinventam formas concretas de subsistir”. Neste mesmo contexto, Batista e Cunha (2013, p. 9) nos mostram a existência de funcionários públicos, pois: “Hoje já tem cigano trabalhando, muitos trabalham na prefeitura, na CAGEPA, [...]”.

Na família cigana de Juazeirinho, por nós pesquisada, a principal fonte de renda provém de pensões das viúvas e programa de transferência de renda (Bolsa Família) das crianças, embora o processo comercial de automóveis e bens duráveis ainda é vivo (GOLDFARB *et al.*, 2013)¹⁷. Em Condado, observamos o hábito de vender as próprias casas, prática também observada no município de Mamanguape (MONTEIRO, 2015).

Silva (2009, p. 89) apresenta os ciganos em Limoeiro do Norte, no Ceará, que:

[...] possuíam como principal fonte de sobrevivência a troca de animais ou objetos, sendo exercida essencialmente pelos homens. As mulheres, por sua vez, dedicavam-se à quiromancia e à leitura de baralho. A procura de fontes de renda determinava certa mobilidade dos ciganos no espaço do Baixo Jaguaribe, já que a atividade de troca exigia tempo e envolvia um processo de negociação, o qual nem sempre se apresentava de maneira satisfatória. Atualmente, [...] os ciganos vivem inseridos no contexto da população local, [...] eles têm residência fixa; os homens trabalham em firmas localizadas no próprio município de Limoeiro do Norte; as mulheres cuidam da casa, dos filhos e algumas colocam o baralho para as pessoas do bairro e de lugares vizinhos[...].

O mesmo autor, em outra publicação, acrescenta que alguns “complementam a renda familiar com a venda de garrafadas, espécie de xarope produzido a partir de troncos de árvores e raízes de determinadas plantas encontradas nas imediações do bairro” (SILVA, 2010, p. 21). Em Sousa, observamos também que alguns ciganos¹⁸ desempenham atividades como mototaxistas.

Para os pesquisadores Mello e Souza (2006, p. 29): “Durante praticamente todo o século XIX e parte do XX, ciganos calon do bairro do Catumbi ocuparam posições bem definidas no Judiciário da cidade do Rio de Janeiro”.

Pereira (2009, p. 104), relata a existência de ciganos nos seguintes ofícios: artesão de cobre, ator, circense e poeta. Campos (2016, p. 2), se referindo aos Calon do São Gabriel (Belo Horizonte, Minas Gerais), diz que: “Outro motivo comum para as saídas temporárias do acampamento são as viagens de negócios, como a venda de artigos para cavalos ou pequenos eletrônicos e a realização de catira, uma modalidade de troca comum entre os calons”. A autora ainda acrescenta a existência de alguns ciganos Rom conhecidos pelo comércio de painéis de tacho, ou seja, os tacheiros, que também “mexem” com revenda de cobertor.

17 Destacamos que os ciganos de Juazeirinho e os da cidade de Condado fazem parte da mesma família ampliada que se dividiu durante o período de sedentarização no Seridó e Sertão paraibano.

18 Um serviço de transporte de pessoas utilizando motocicletas.

As atividades comerciais observadas em Pelotas, no Rio Grande do Sul, não se restringem exclusivamente aos sedentários, pois tanto os sedentários como os nômades (ou os seminômades) mantêm similitudes nas formas de prover o sustento familiar (PERIPOLLI, 2013). A autora acrescenta ainda que além dessas atividades comuns, algumas ciganas vendem simpatias para fechamento de corpo, a benção de Santa Sara etc.

Relatando suas experiências entre os ciganos, o padre Paulo Pedro Garcia (CUTTI, 1997) nos fala que entre aqueles que transitavam entre Belo Horizonte e o estado do Espírito Santo via-se a leitura da sorte entre as mulheres como um meio de proventos e a venda de produtos entre os homens.

Apesar dessa diversidade de ofícios e meios de reproduzir a própria vida entre os ciganos de diversas localidades e espaços temporais, pôde-se perceber entre os ciganos uma tendência histórica a atividades que se relacionam diretamente com o mercado ou o comércio informal, e que mesmo com suas singularidades regionais diferenciadas, revela-se como um *habitus* (CASA-NOVA, 2009) de exercício profissional, mas que sofreu as inflexões das leis repressivas, de governos autoritários e de controles variados.

De igual modo, os ciganos continuam desenvolvendo seus “negócios”, que em seu percurso histórico, mesmo adquirindo novas interpretações culturais, continuam a prover as condições de subsistência necessárias aos grupos, como fonte principal ou complemento de renda. Mesmo que os empregos formais e o funcionalismo público estejam aumentando entre os ciganos, na proporção da adesão desses aos processos educacionais da escola regular, tais atividades tendem a se perpetuar com variações que respeitam as oscilações econômicas de cada conjuntura histórica em maior ou menor grau.

Concepções ciganas de trabalho

É necessário afirmar que a ideologia de positividade do “trabalho” é uma construção arquetípica da sociedade ocidental no combate às formas de “ociosidade”, a partir de todo um construto legal e social para valorização do trabalho formal. O trabalho contínuo ganharia status quando desvinculado da condição subumana para fomentar o desenvolvimento de riquezas.

A partir do século XV, nota-se uma considerável mudança na imagem negativa do trabalho manual (ABBAGNANO, 2007). Para Decca (1982, p. 8), “A dimensão crucial dessa glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada”. Com a necessidade de controle, a sociedade moderna vai criar dispositivos disciplinares, legais ou não, para coagir os que estavam fora do mercado de trabalho, ou os que viviam das práticas do trabalho intermitente, a ingressarem na sociedade de trabalho formal e contínuo.

Para os ciganos, o “negócio” se constituiu como uma categoria importante de sobrevivência material. Desta forma, negócio, na base dos comércios diversificados dos ciganos, constitui-se

como uma solução cultural encontrada entre seus modos de viver e o modo de produção social majoritário e dominante¹⁹. Segundo Ferrari (2011, p. 731):

Se durante séculos foi, e ainda é, muito difícil manter as condições mínimas de reprodução da vida, sustentando às vezes um núcleo familiar extenso, em uma comunidade sedentária, que de uma forma ou de outra gozavam de certo acesso a bens coletivos públicos, ou se estabeleciam nos sistemas produtivos comuns, que poderia ter como base a terra, a oficina, a manufatura, a pequena indústria, e assim por diante; onde a casa – quando se tinha – representava determinado alento e abrigo; imagine o quão se ampliam essas dificuldades quando não se pode usufruir dos bens públicos mais básicos por sua condição não cidadã, nômade e estrangeira.

Ao contrário dos estereótipos que afirmam que ciganos não estimam o trabalho, muitas pesquisas nos mostram entre os ciganos a valorização da escola e da formação universitária como valor a ser perseguido (MENDES; MAGANO; CANDEIAS, 2014). Entretanto é preciso destacar que projetos que combinem valores culturais, escolaridade e abertura de oportunidades reais de emprego e renda para os ciganos são quase inexistentes no Brasil.

Por outro lado, é também importante marcar que a noção de “trabalho” para muitos ciganos passa pelo coletivo, ou seja, por aquele labor que favorece uma dependência recíproca ou orgânica do grupo ou família.

[...] durante o trabalho de campo, que alguns dos inquiridos que se declaravam como desempregados, desempenhavam alguma atividade laboral, contudo, está por ser de natureza informal (biscates, vendas, tarefas agrícolas) os inquiridos optaram por subvalorizá-la. Uma questão pertinente, remete também para as concepções sobre o que se entende por trabalho. Por exemplo, num campo de resposta aberta, um inquiridor anotou “nunca trabalhou, só como vendedor ambulante” o que nos remete para o não reconhecimento pelos próprios ciganos da venda ambulante como “trabalho”. **O que resulta de uma interpretação do termo trabalho que o associa, exclusivamente a trabalho pago mediante salário, por conta de outrem**, ignorando as situações de trabalho doméstico não pago ou serviço comunitário voluntário, por exemplo (MENDES; MAGANO; CANDEIAS, 2014, p. 175, grifo nosso).

Mas uma propensa inclinação positiva ao comércio para subsistência dos grupos ciganos não é uma condição que se prioriza unicamente nesse tipo de atividade laboral, os próprios “trabalhos formais”, entre ciganos espalhados pelo Brasil, parecem ter constituído novos espaços, que foram muito bem assimilados entre eles.

Nesta locução, o trabalho na coleta de reciclados, shows, o comércio ambulante, a leitura de mãos etc., se apresentam como uma opção aos baixos rendimentos oferecidos pelas vagas disponíveis ou ofertadas no trabalho formal. Entretanto tais questões têm reverberações bem

¹⁹ Destacamos que não se trata de uma simples opção ou solução cultural, mas de medidas tomadas a partir dos diversos condicionantes políticos, sociais e históricos que os excluam das “benesses” do sistema capitalista.

mais amplas, que podem incluir sentimentos nocivos em relação não propriamente ao “trabalho”, mas as condições inumanas desse (FERRARI, 2011).

Conforme as referências etnográficas consultadas, trabalho para os ciganos não se vincula diretamente ao conhecimento escolar, uma vez que embora se reconheça a importância da escola, ela é vista como transmissora de saberes muitas vezes considerados dispensáveis, quando comparados aos conhecimentos adquiridos em família, entre os iguais. Mas fazer negócios, quer seja: comercializar, incentivar as trocas, fazer a leitura de mãos, vender algum produto, convencer um possível comprador etc., isso só um cigano ensina a outro cigano por meio das regras de convivência.

Para a maioria dos ciganos falar de trabalho não é a mesma coisa que falar de negócio²⁰. O cigano trabalha, muitas vezes, muito mais do que os não ciganos, principalmente porque tem que carregar consigo, além das dificuldades naturais de prover o sustento, como qualquer outro indivíduo, os impedimentos, barreiras e dificuldades impostas por sua condição de pária, da falta de direitos legalmente reconhecidos e das condições desiguais a que são submetidos, isso sem contar a carga pejorativa que acompanha a imagem negativa socialmente construída, que condiciona e até determina os limites do que lhe é oferecido como oportunidade de trabalho.

Deste modo, os ciganos precisam desenvolver habilidades de comunicação e convencimento, técnicas de quiromancia, de leituras de mãos etc. e ainda lidar com um mundo de estereótipos que os cercam e os colocam em posição de suspeição constante.

O “trabalho formal” tende a ser algo mais distante de suas realidades cotidianas e passa a ressignificar a falta de liberdade, desgaste físico e mental. Os ciganos valorizam os aspectos qualitativos das atividades produtivas, se ela vai permitir tempo para a família, para as viagens, para a resolução de outras necessidades, tanto da pessoa, quanto do núcleo familiar. Neste sentido, se consideram menos “escravos” que os não ciganos. As atividades laborais precisam conferir tempo ou disponibilidade para a vida comunitária, para as resoluções políticas do grupo, para o tratamento de doenças, do corpo e do espírito, para o lazer, para a dignidade humana.

Grande parte dos ciganos Calon do Brasil, principalmente no nordeste brasileiro, parecem seguir um mesmo padrão de inserção nas atividades laborais, dedicando-se, sobretudo, a vendas e trocas comerciais, no caso dos homens, e à quiromancia, no caso das mulheres; considerando as diferenças de ofertas de trabalho entre as grandes cidades e as cidades do interior, em que os ciganos se encontram em maior quantidade, e onde a oferta é quase inexistente.

Cabe destacar que a exclusão étnica se liga à pobreza de boa parte dos Calons brasileiros, o que é percebido nas suas condições de vida e de consumo. Conforme Bergham (1995), os

²⁰ Entendido esse como uma atividade produtiva, remunerada e formal que opera no mercado de trabalho, como trabalho assalariado, devidamente cercada por todos os direitos legais do trabalho e de proteção contra os riscos desse.

processos de exclusão social relacionam-se com a supressão econômica e o afastamento dos direitos civis instituídos, o que se vincula à ausência de cidadania e participação social igualitária; com raríssimas políticas públicas ou de intervenção na resolução desses problemas.

No caso dos ciganos Calon da Paraíba, enquanto parcela pobre da sociedade, observa-se a ausência de participação nas esferas do “trabalho formal”, baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, ausência de políticas de saúde, habitação e seguridade social (GOLDFARB, 2013).

“Negócios” – Entre a informalidade e a precarização

A grande maioria dos grupos ciganos, ligada ou não ao nomadismo tradicional ou seminomadismo, está com sua produção material e condições de subsistência ligadas, direta ou indiretamente, ao negócio ou artesanato, incluindo, é claro, os que trabalham com o entretenimento, que de uma forma ou outra, perfaz o conjunto de ofícios tradicionais e modos de produção, pois muitos comercializam serviços de entretenimento.

O comércio de serviços de entretenimento, que pode variar de acordo com a habilidade musical, corporal, técnica de adestramento e condicionamento físico de cada grupo, pode se estender inclusive ao aluguel de instrumentos e aparelhagens necessárias para muitos de seus shows.

O comércio (ou negócios) é uma atividade terciária de grande relevância para muitas pessoas que foram expropriadas dos meios de produção, que não respondiam às exigências formais do emprego industrial ou que não queriam se sujeitar à lógica da fábrica. Em especial, o comércio ambulante foi um dos poucos meios de subsistência disponíveis para uma grande massa de desvalidos das sociedades industrializadas, como dos escravos recém-libertos, dos desempregados pobres, da população flutuante do exército industrial de reserva, dos não escolarizados ou analfabetos.

O trabalho autônomo ou ambulante tem essa característica atrativa: a flexibilidade de tempo e espaço. A flexibilidade de espaço reflete as condições de mobilidade estabelecidas pelos níveis de sucesso ou insucesso comercial em determinadas áreas territoriais, mais ou menos propícias à venda de certos produtos.

De acordo com nossas análises, depreendemos que é importante entender o mercado informal de trabalho não como um setor apenas oposto ao formal ou como uma não funcionalidade econômica. Entre os ciganos, a informalidade do trabalho se expressa na forçosa posição na qual são colocados, expulsos das oportunidades reais de emprego, pelos estereótipos negativos construídos socialmente, bem como pelo declive profissional imposto pelo desenvolvimento técnico-científico nas revoluções industriais. Subjacente a essa “informalidade”, há uma suspeição que, além de formar uma população flutuante em que a relação com o emprego é vista como passageira e intermitente, coloca a informalidade de trabalho entre os ciganos como uma “inclinação natural”.

[...] a maioria dos ciganos, tradicionalmente, sempre **preferiu** trabalhar por conta própria, em atividades artesanais (fabricando ou consertando objetos de madeira, vime ou de metal), ou comerciais (vendendo artesanato ou negociando cavalos), ou atividades consideradas ilegais (mendicância, quiromancia e cartomancia, contrabando e atividades afins [...]) (MOONEN, 2013, p. 68).

Casa-Nova (2009, p. 182), expõe alguns fatores que levam os ciganos a exercerem algumas atividades informais, mesmo que estejam qualificadamente preparados para o exercício de determinados empregos:

[...]. Na opinião de muitos dos elementos da comunidade, esta situação tem lugar devido ao racismo dos não ciganos portugueses em relação aos ciganos. Mas na observação participante por mim realizada, foi também perceptível que, a par deste racismo, os baixos níveis salariais, a existência de supervisão no trabalho assalariado e as 7 horas de trabalho diárias realizadas em espaços fechados, este último aspecto exigindo uma forte reconfiguração do seu habitus primário, principalmente no que diz respeito à disciplina, apresentam-se como fortes condicionantes de uma alternativa profissional ao seu modo de vida económico.

O que se extrai disso é que sempre foi oferecido aos ciganos, salvo algumas raríssimas exceções, as piores vagas de emprego, em trabalhos altamente desgastantes, subempregos, na verdade, de baixíssimos salários e jornadas de trabalho extensivas.

A precarização, quando se referindo à relação entre ciganos e trabalho formal, não se constituiu apenas nas condições de trabalho e renda, mas estende-se ao seu acesso, pois também precisavam exercer uma profissão²¹ que permitisse uma mobilidade rápida e constante, uma profissão que não criasse vínculos duradouros e tivesse fáceis condições de adaptabilidade aos territórios e sistemas económicos: locais das feiras, e do qual, os instrumentos ou equipamentos para seu exercício fossem leves e relativamente fáceis de carregar de um lugar para outro.

Uma profissão que permitisse a integração familiar e fornecesse as condições adequadas para a educação profissional dos filhos, que herdariam naturalmente os talentos objetivos para a continuidade do exercício do labor familiar. Uma profissão também que exigisse poucos recursos financeiros para sua inserção nos preâmbulos do comércio de bens úteis e de valor de troca.

O negócio entre os ciganos repercute atividades económicas que refletem condições de trabalho independentes da figura de “patrão”, resistência à proletarização e à alienação dos vínculos salariais; tendo a venda/troca como principal fonte de renda, o que se relaciona ao simbolismo de uma “vida em movimento”, autonomia na gestão de seu tempo e a versatilidade nos negócios.

Concordamos com Liégeois (1989), quando nos aponta que um emprego, nos termos de trabalho formal, se apresenta para os ciganos como uma necessidade e não um objetivo a ser

21 Utilizamos neste trabalho o termo profissão como uma atividade de trabalho exercida por indivíduos de notório saber, e não como uma atividade que requer estudos de um dado conhecimento ou formação académica, como as profissões de professor (Pedagogia), assistente social (Serviço Social), advogado (Direito) etc.

perseguido, não como um sonho ou uma meta. “O trabalho não é um valor ou um aspecto da vida em que se pode obter realização pessoal, mas uma condição indispensável à sobrevivência quotidiana” (MENDES, 2005, p. 123).

A sobrevivência econômica não se desliga da solidariedade familiar e grupal, por isso marcas de resistência às exigências do mercado formal de trabalho e tentativas de sobrevivência nos modelos de vida coletiva, transformando as situações de exclusão em modos de resistência material e simbólicas.

Os ciganos têm plena convicção das exclusões econômicas a que estão expostos, fora do “modelo fordista” de trabalho desenvolvido nas sociedades capitalistas, afastados também das formas de proteção social por parte do Estado²². Assim, a família se apresenta enquanto unidade de apoio e proteção, representando uma instituição centralizadora e capaz de gerir o que o Estado lhes nega.

Cabe ainda destacar que considerável parte dos Calon na Paraíba, e em outros estados brasileiros, dependem dos benefícios da Previdência Social – aposentadorias –, como meio de subsistência dos núcleos familiares, complementando os recursos obtidos com os negócios.

Enfim, não se trata de atribuir aos ciganos pouca afeição ao “trabalho formal” ou pensá-los como membros de uma cultura irredutível e despreparada, mas destacar as especificidades vividas ante as formas de vulnerabilidade a que estão submetidos e as desigualdades criadas pela negação de direitos básicos por parte da sociedade envolvente, com a conivência do Estado brasileiro, cujos efeitos podem ser vistos no cotidiano de exclusões que os cerca.

Considerações finais

Ao ponderar sobre os impactos provocados por um conjunto de normativas políticas onde se incluem todas aquelas que visavam o controle, muitos povos foram excluídos das benesses do sistema capitalista, por não se inserirem nos moldes da chamada “classe trabalhadora”.

Esse contexto inclui o processo de declive profissional de ofícios laborais tradicionais, com o controle social e de leis locais, regionais e nacionais anticiganas, que justificavam os estereótipos e os processos de estigmatização sofridos por esses grupos.

As corporações de ofícios, em algumas localidades conhecidas como guildas, exerciam um controle extensivo e intensivo, tanto no que tange aos tipos de ofícios que podiam ser exercidos, como quanto a quais indivíduos poderiam exercê-los, assim como, estipulando quando, quanto e onde poderiam trabalhar.

Contudo, considerando a função social de cada ofício em seu determinado período histórico e social, concordamos que os ciganos durante razoável tempo se dedicaram aos

²² Por “modelo fordista”, referimo-nos ao modelo de desenvolvimento que passou a fazer parte dos sistemas capitalistas de economia, que inclui formas de produção e trabalho; mercado pelo desenvolvimento industrial, lucros e produção em alta escala, com trabalho mais mecânico e controlado (BRAVERMAN, 1980).

processos produtivos artesanais e tinham os seus ofícios, e os produtos decorrentes desses, como atividades relativamente bem aceitas socialmente, chegando, muitas vezes, à maestria produtiva de determinados objetos ou serviços. Esse quadro mudou drasticamente com a passagem gradativa para o modo de produção capitalista, inicialmente com as revoluções comerciais e o controle das corporações de ofícios, culminando, em último grau, cada um com suas especificidades, com as revoluções industriais.

No que concerne aos discursos sobre uma provável tendência dos ciganos ao “desprazer com o trabalho”, observamos, primeiro, que tais alusivas fizeram parte dos processos de criação de estereótipos negativos por parte dos não ciganos, numa comparação desenvolvida a partir de perspectivas sobre moral, ordem, decência e adequação cultural. Em segundo lugar, é preciso considerar as representações sociais criadas para segregar, estigmatizar e excluir todo e qualquer diferente ou sujeito que não tomasse a forma daquilo que era tido como socialmente aceito e “comum”, categorizando aqueles que se recusavam a se adequar às regras de exploração econômica.

Nisto, observamos, não apenas entre os ciganos, uma crítica ao trabalho como fardo, uma ignomínia, uma representação da falta de dignidade humana, diretamente relacionada à condição escrava. A partir dessas considerações, podemos afirmar que, no Brasil, faltam políticas públicas de inclusão, que priorizem as suas próprias concepções de trabalho e renda. Faltam canais de escuta abertos aos ciganos, deixando que eles mesmos possam traçar os caminhos, meios e finalidades dos programas e projetos que envolvam seu grupo social. Enquanto isso não acontece, eles vão margeando as formas periféricas, precarizadas e informais de trabalho e renda, preenchendo os espaços sociais que restam, ou que não foram ainda absorvidos pela lógica da formalidade.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMARAL, Sônia; NASCIMENTO, Maria João. Um conelho a sul do douro: ver para crer. *In*: CASA-NOVA, Maria José; PALMEIRA, Paula (coord.). **Minorias**. Lisboa; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), 2008. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8657/1/M%20J%20CN-10anos_PETI-Livro8%20MJC%2002.pdf Acesso em: 14 jan. 2020
- AZEVEDO, Ana Cláudia. Etnias de Portugal: o caso dos ciganos. **E-REI: Revista de Estudos Interculturais do CEI**, Porto, p. 1-17, 2013. Disponível em: http://www.iscap.ipp.pt/cei/E-EI%20Site/1Artigos/Trabalhos%20EI/Ana%20Claudia_Etnias%20de%20Portugal%20o%20caso%20dos%20ciganos.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.
- BAREICHA, Luciana Câmara Fernandes. **Educação e exclusão social: educação perspectiva dos ciganos e dos não-ciganos**. 2013. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

- BARTH, Fredrik (org). **Grupos étnicos e suas fronteiras**: a organização da cultura das diferenças culturais. Boston: Little Brow & Co., 1969.
- BATISTA, Mércia Rejane Rangel; CUNHA, Jamilly Rodrigues da. Os ciganos em Sousa-PB: Refletindo os modos de ser cigano a partir do atual cenário político brasileiro. **Revista Interfaces de Saberes**, Caruaru, v. 13, n. 1, p. 1-21 2013. Disponível em: <https://interfacedesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/view/168/87>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BERGHAM, Jos. Social exclusion in Europe: policy context and analytical framework. In: ROOM, Graham (org.). **Beyond the Threshold**: the Measurement and Analysis of Social Exclusion. Bristol: The Policy Press, 1995.
- BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de Portas Fechadas**: A Intolerância Contra os Ciganos na Organização Urbana na Primeira República. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora, 2007.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1980.
- CAMACHO, Carla Santiago. Nos acercamos a uma cultura: los gitanos. **Dossiê: Los gitanos**. Madrid: Asociación Secretariado General Gitano, 1997. Disponível em: http://www.gitanos.org/publicaciones/tolerancia/pdf/08_nuestras%20culturas_guia.Pdf Acesso em: 10 dez. 2019.
- CAMPOS, Juliana M. Soares. Casamento cigano: produzindo parentes entre os Calons do São Gabriel. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. **Anais da 30 Reunião Brasileira de Antropologia**, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. p. 1-24.
- CASA-NOVA, Maria José. **Etnografia e produção de conhecimento**: reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses. Lisboa: ACIDI, 2009.
- CHARLEMAGNE, Jacqueline. A renovação da consciência cigana. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro: Ed. Brasileira, ano 12, dez. 1984.
- CORADINI, Lisabete; SOUZA, Virgínia de Araújo. Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, n. temático 4, p. 205-229, 2014.
- CUNHA, Jamilly Rodrigues da. Ativismo cigano: discutindo ações e contextos a partir da comunidade cigana de Condado (PB) no processo de (re)construção de sua identidade étnica. **Árius, Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v.19, n. 2, p. 6-33, jul/dez. 2013
- CUTTI, Dirceu. Eu poderia fugir com eles: depoimento de Paulo Pedro Garcia. **Travessia: revista do migrante**, São Paulo, n. 27, p.12-14, jan. 1997.
- DANTAS, José Aclecio; GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. Mapeamento da população cigana em Juazeirinho-PB. In: SEMANA DE ANTROPOLOGIA do PPGA/UFPB, 3., 2013, João Pessoa. **Anais da III Semana de Antropologia do PPGA/UFPB**, João Pessoa: Ideia Editora, 2013. p. 63-67.
- DANTAS, José Aclecio; GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. As Representações sociais dos ciganos na internet. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5., 2015 Maceió; ABANNE – REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2015, Maceió. **Anais da V REA – Reunião Equatorial de Antropologia e XIV ABANNE – Reunião de antropólogos do norte e nordeste**, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015. p. 1-10.
- DECCA, Edgar S. **O nascimento da fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ESPANHA. Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad. **Diagnóstico social de la comunidad gitana en España**: Un análisis contrastado de la Encuesta del CIS a Hogares de Población Gitana 2007. Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad, 2011. Disponível em: http://www.msssi.gob.es/ssi/familiasInfancia/inclusion-Social/poblacionGitana/docs/diagnosticosocial_autores.pdf Acesso em: 13 dez. 2019.

- FERRARI, Florencia. Figura e fundo no pensamento cigano contra o Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 1-32, 2011.
- FONSECA, Isabel. **Enterrem-me de pé: a longa viagem dos ciganos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FSG. Fundación Secretariado Gitano. **Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde**. Madrid, 2007.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=isso Acesso em: 15 jan. 2020.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. **O estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes *et al.* Reconhecimento e vivência da fronteira étnica entre ciganos/não ciganos: analisando as cidades de Mamanguape e Juazeirinho, PB. Árius - **Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v.19, n. 2, p. 67-92, jul/dez. 2013.
- GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e Etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- KERSTENETZY, Célia Lessa. Desigualdades justas e igualdade complexa. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 47, p. 5-26, 1999.
- LIÉGEOIS, Jean-Pierre. **Ciganos e Itinerantes**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1989.
- LIMA, Marcos Melo de. **A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888)**. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em: <http://www.ppphis.ufma.br/wp-content/uploads/2015/05/Dissertacao-Marcos-Melo.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 1982.
- MENDES, Maria Manuela. **Nós, os ciganos e os outros**. Etnicidade e exclusão social. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga; CANDEIAS, Pedro. **Estudo nacional sobre as comunidades ciganas: Observatório das comunidades ciganas**. Lisboa: ACM; I.P; Alto Comissariado para as Migrações, 2014. Disponível em: www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Documentos/estudo_ennic.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2019. Acesso em: 20 jan. 2019.
- MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga. Olhares plurais e cruzados sobre os ciganos portugueses. In: MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (org.). **Ciganos Portugueses**. Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição. Lisboa: Mundos sociais, 2013. p. 1-20.
- MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga. Mulheres ciganas na sociedade portuguesa: tracejando percursos de vida singulares e plurais. **Revista Sures**, Foz do Iguaçu, n. 3, p. 1-15, 2014.
- MELLO, Marco Antônio Silva.; SOUZA, Mírian Alves de. 2006. Meirinhos Aristocráticos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 29-32, nov. 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MONTEIRO, Edilma. Do Nascimento Jacinto. **As crianças calon**: Uma etnografia sobre a concepção de infância entre Ciganos no vale do Mamanguape-pb. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- MOONEN, Frans. **Anticiganismo e políticas ciganas, na Europa e no Brasil**. Recife, 2013. Disponível em: http://www.amsk.org.br/imagem/pdf/FMO_2013_AnticiganismoEuropaBrasil.pdf Acesso em: 20 dez. 2019.
- MOONEN, Frans. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba**: 1993-2011. Recife, 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/fmo_2013_ciganos_calonsousa.pdf Acesso em: 21 jan. 2019.
- MOONEN, Frans. **Anticiganismo**: os Ciganos na Europa e no Brasil. Recife, 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.
- MORAES, Leila Samira Portela de Moraes. “**Veio a ordem de andar**”: relações identitárias e espaciais entre os ciganos Calon no município de Carneiros/AL. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5., 2015, Maceió. **Anais da V Reunião** Equatorial de Antropologia, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015. p 1-19. Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019806_29_06_2015_23-39-00_5849.PDF Acesso em: 12 fev. 2020.
- MORAES FILHO, Mello. **Os ciganos no Brasil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1886.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.
- PABANÓ, F. Manzano. **Historia y costumbres de los gitanos, colección de cuentos viejos y nuevos, dichos y timos gracisos, maldiciones y refranes netamente gitanos**. Diccionario español-gitano-germanesco, dialecto de los gitanos. Barcelona: Ed. Ilustrada, 1915. Disponível em: <http://scans.library.utoronto.ca/pdf/5/36/historiaycostumb00pabauoft/historiaycostumb00pabauoft.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- PERIPOLLI, Gláucia Casagrande. **As Raízes das Flores**: Uma Etnografia de Mulheres Ciganas em Pelotas, RS. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/09/Dissertacao-GI%C3%A1ucia-Casagrande-Peripolli.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- PIERONI, Geraldo. **Vadios, Heréticos e Bruxas**: os degredados portugueses no Brasil-Colônia. 1991. 333 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/02/Vadios-Her%C3%A9ticos-e-Bruxas-os-degredados-portugueses-no-Brasil-Col%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 93, p. 175-203, 1995.
- SILVA, Lailson Ferreira da. A descendência do cigano Cem: construção e afirmação Étnica dos ciganos da cidade Alta (Limoeiro do Norte/CE). **Revista Eletrônica Inter-Legere**, Natal, n. 4, p. 87-92, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4815/3933>. Acesso em 21 de dezembro de 2019. Acesso em: 20 dez. 2019.
- SILVA, Lailson Ferreira da. **Aqui, todo mundo é da mesma família**: parentesco e relações étnicas entre os ciganos na Cidade Alta, Limoeiro do Norte/CE. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13607>. Acesso em: 10 out. 2019.
- SILVA SANCHEZ, Valéria. **Devir Cigano**: Encontro cigano-não cigano (rom-gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação. 2006. 206 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp008824.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SIQUEIRA, Robson de Araujo. **Os calon do município de Sousa-PB: dinâmicas Ciganas e transformações culturais.** 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: https://www.ufpe.br/nepe/dissertacoes/dissertacao_10.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

SOUSA, Karla Cristina Silva; BARROS, João de Deus Vieira. ESTEREÓTIPOS ÉTNICOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: uma breve incursão teórica. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís-MA, v.5, n.2, jul/dez., p. 201-225, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/3259/2669>. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

SOUZA, Mirian Alves. **Os ciganos calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana.** 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOUZA, Virgínia Kátia de Araújo. Entre laços e teias: famílias ciganas no Seridó do RN. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 30., 2016, João Pessoa. **Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia: Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em : <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/index.php?id=23>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Ciganos em Minas Gerais: uma breve história.** Belo Horizonte: Crisálida, 2007.111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TOMKA, Miklos. De artesãos a vítimas da sociedade industrial. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, ano 12, p. 13-20. dez. 1984.

Recebido em: 28/03/2019

Aceito em: 17/04/2020